

Trajetórias na economia solidária, história de um lugar: renormatizações da atividade no/do trabalho associado

LEANDRO R. PINHEIRO*

MARIA CLARA BUENO FISCHER**

DAIANA CARGNIN***

A partir dos anos 1990, as ações coletivas se orientaram à constituição de redes e estruturas de movimentos (nacionais e internacionais), coordenadas e representadas, na maioria das vezes, por ONGs de diferentes espectros políticos e diversos temas de trabalho. Manifestações intensificadas nos anos 1970 e 1980 cristalizar-se-iam em entidades como, por exemplo, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) a Central dos Movimentos Populares (CMP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Lacerda, 2009). Em um processo não raro permeado por tensões quanto às suas conseqüências institucionalizantes, tais propostas de mobilização popular procuraram se consolidar e encontrar caminhos de manutenção financeira.

As iniciativas de economia solidária, neste íterim, ganham corpo no Brasil nesse período, visando uma proposição contra-hegemônica na assunção de seus projetos políticos. Ao propor uma organização onde os sujeitos se incumbem em criar sua própria fonte de trabalho, visando o acesso a bens e serviços de qualidade, numa dinâmica de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos, os empreendimentos apresentar-se-iam como alternativas em nosso sistema capitalista, postulando autogestão, autonomia e solidariedade a partir do cotidiano de trabalho (LIMA, 2006, p. 07). De toda maneira, fica a questão relacionada à materialização destes valores na atividade de trabalho, incluindo tensões, contradições e negociações: problemática em que se inclui a reflexão deste artigo.

* Professor da Faculdade de Educação/UFRGS. Doutor em Educação.

** Professora da Faculdade de Educação/UFRGS. Doutora em Educação. Coordenadora do projeto de pesquisa a que se vincula este texto, com fomento do CNPq.

*** Mestranda em Psicologia/UFRGS.

Tomando os levantamentos preliminares realizados sobre a atuação da cooperativa Unidas Venceceremos (UNIVENS), em Porto Alegre/RS, ateremo-nos a apresentar *como as trabalhadoras vêm construindo o lugar que habitam e o trabalho que desenvolvem, destacando-se as renormatizações produzidas desde sua atividade no trabalho associado?* Para tanto, procuraremos articular noções da obra de Yves Schwartz e Milton Santos em nossa problematização.

O texto expõe inicialmente os referenciais com os quais trabalhamos na análise, para, depois, resgatar elaboração sobre a gênese da cooperativa e sua imbricação com seu entorno. Por fim, passaremos à relação estabelecida pelas trabalhadoras com sua atividade, indicando potencialidades à renormatização no trabalho associado.

Referenciais teóricos

Sobre a atividade e seu entorno

Importante iniciarmos estas reflexões trazendo o entendimento em que nos apoiamos quando observamos a ação humana e as produções sociais. Assim, assumimos a noção de atividade (e, em especial, atividade industrial) “como negociação problemática das normas do trabalho no seio da pessoa humana, alma e corpo, biológico e histórico”. (SCHWARTZ, 2008: 44).

As proposições de Yves Schwartz são consideradas aqui afirmando a condição criativa de trabalhadoras e trabalhadores quando gerenciam suas atividades, trazendo concepções próprias ao trabalho.

Menciona esse autor que “a gestão, como verdadeiro problema humano, advém por toda parte onde há variabilidade, história, onde é necessário dar conta de algo sem poder recorrer a procedimentos estereotipados” (SCHWARTZ, 2004: 23). Assim, orientações usuais à condução do trabalho, como normatizações no cotidiano, podem ser assumidas parcialmente ou reinterpretadas, de modo que as normas para relação com o trabalho, com os colegas, com o contexto seriam renormatizadas nas interações. Desde esta perspectiva, o ser humano situa-se como criador de saberes e, por isso, sujeito da

história; e o ‘espaço’ por seu turno, segundo aventamos, constituir-se-ia como produção social perpassada pela autonomia (ainda que relativa) dos sujeitos que o habitam.

Nesse sentido, Nilton Fischer (2006) afirma a necessidade de observarmos as práticas dos sujeitos desde sua interação com o espaço e o tempo onde se situam, que delimitará “o ‘possível’ de ser realizado por cada um” (FISCHER, 2006: 60). O autor caracteriza a ‘identidade’ como construção indissociável do experienciado em vivências situadas em territórios de participação.

O entorno é empregado como condição concreta do sujeito, na sua individualidade, e bem como de suas relações com a materialidade de sua existência expressa por sua condição de quem vive, trabalha, sonha, vota, mora, estuda, etc. num determinado período histórico e numa determinada região. (FISCHER, 2006: 60).

Tal perspectiva dispõe o tensionamento entre ação do sujeito e condicionantes dos espaços de convívio, chamando à análise dos atravessamentos entre a ‘atividade’ e o(s) lugar(es) onde esta se situa e constitui historicamente.

Sobre espaço, território e lugar

Na leitura de Santos (1996) percebe-se como pressuposto que a organização das relações humanas se dá mediada pelo tempo e pelo espaço: o primeiro entendido como “a sucessão de eventos e sua trama” e o segundo como “o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos” (SANTOS, 1996: 41). Neste ínterim, na conjugação e na síntese destas duas dimensões, constitui-se o ‘território’, como espaço apropriado pela ação dos sujeitos sociais, modificado pelo trabalho (e a técnica que decorre daí) no correr do tempo.

Para Santos (1996), o território se constitui, então, como meio onde se interpenetram sistema de objetos, condições materiais e técnicas historicamente produzidas, e sistema de ações, práticas dos sujeitos na organização cotidiana. Assim, o espaço é construído entre as possibilidades dadas ao atendimento das necessidades humanas e as potencialidades criativas da ação das pessoas em um contexto determinado.

Para falar da especificidade do território vivenciado, Milton Santos traz a noção de ‘lugar’, o meio onde a configuração espacial e a norma (os regimes de regulação) se articulam conforme os sujeitos habitam e vivem o local das suas experiências. Nas palavras de Santos, “é pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam afinal sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora” (1996: 37).

Segundo esse autor, o lugar baliza os acontecimentos vividos no tempo, de modo que se instaura certa singularidade à experiência dos sujeitos conforme a territorialidade que vivenciam. O cotidiano, assim, faz-se sucessão de ações no tempo mediante a interação em um meio estruturante específico.

No lugar convivem técnicas diferentemente datadas e temporalidades diversas que tensionam recursivamente a configuração do espaço e a atividade dos sujeitos. As disputas entre modelos políticos, econômicos e culturais orientam a produção do lugar como “o encontro de *possibilidades* latentes e *oportunidades* preexistentes ou criadas”, lembrando o ‘possível’ mencionado por Fischer (2006). Desta maneira, a noção de ‘lugar’ parece congruente à compreensão de ‘atividade humana’ elaborada por Yves Schwartz, sendo que a potencialidade renormatizadora do sujeito é amparada pelo entendimento de que também a ambiência compreende igualmente o instituído e o instituinte (individual ou coletivamente).

O lugar pode ser compreendido como uma construção histórico-social experienciada e narrada, expressando certa singularidade entre condicionamentos objetivos e potencialidades sócio-políticas; entre atravessamentos e disputas de discursos e compreensões de mundo datadas que perfazem as práticas das pessoas no lócus. Assim, poderíamos afirmar que vários lugares podem compor um mesmo território, conforme os coletivos organizam suas experiências de apropriação do espaço.

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo das metrópoles, que transmitem a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não,

da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas. (SANTOS, 2005B: 132)

Dessa forma, o lugar seria o lócus de reorganização e resistência. No território, como suporte de redes que transportam regras e normas parciais/parcializadas, que Santos (2005B) chama de “verticalidades” (de origem e composição hegemônicas), os sujeitos constituem renormatizações e resignificações amparadas nas “horizontalidades”, redes e vivências produzidas frente às contingências sócio-espaciais, desenhando o lugar desde a solidariedade de tarefas comuns e a possibilidade de projetos comuns: “assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros” (SANTOS, 2005B: 159).

Para delimitar o ‘lugar’ e ‘atividade’: sobre o método

Os dados que analisamos, aqui, resultam de extenso levantamento do ‘estado da arte’ sobre a UNIVENS e a cadeia produtiva Justa Trama, a qual a cooperativa está vinculada. Parte inicial de pesquisa em curso, o trabalho foi realizado por uma equipe de graduandos e pós-graduandos e inclui a busca, leitura e análise de artigos, teses e dissertações nas áreas de Ciências Sociais, Educação, Serviço Social e Administração.

A pesquisa considerou também dados secundários encontrados na rede web e a releitura de narrativas das trabalhadoras produzidas em entrevistas progressas. Todo o material foi alvo de categorização que orientará a continuidade da investigação. E, neste caso, delimitaremos este texto às reflexões vinculadas às noções de ‘atividade’ e ‘lugar’.

Considerando a delimitação trazida acima, passar-se-á à problematização das informações encontradas até o momento, no intuito de esboçar as primeiras linhas do que seria o ‘lugar’ de constituição da cooperativa UNIVENS e de inserção das articulações econômicas e políticas que esta tem gerado. Na sequência, começaremos pela delimitação geográfica do território onde se originou tal iniciativa de trabalho, passando posteriormente à descrição das parcerias e alianças que compuseram o

itinerário da cooperativa, as quais carregam consigo também condições e discursos, projetos sócio-políticos e valores sociais, a constituir o lugar onde se produz a atividade das mulheres trabalhadoras com as quais temos dialogado.

A constituição da UNIVENS: uma primeira delimitação do lugar

O esforço analítico aqui adota como vetor partir das informações encontradas sobre a comunidade onde está sediada a cooperativa, tomando este lócus como espaço onde se configura e fundamenta o lugar de construção da UNIVENS, como iniciativa de trabalho e proposta coletiva de ação social e política. O local será tratado, então, como o ponto de onde o genérico, o global e o hegemônico tomam forma e são renormalizados de maneira específica, ambientando o lugar.

A Vila Nossa Senhora Aparecida e a organização política: a gênese da cooperativa

A maioria das publicações encontradas data a fundação da cooperativa no ano de 1996, na Vila Nossa Senhora Aparecida, no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre/RS. A vila teria início com uma ocupação clandestina em 1979, tendo moradores oriundos do interior do estado e de Santa Catarina, que migraram em busca de trabalho e melhores condições de vida. Depois de 10 anos, os moradores conquistaram a regularização de seus terrenos. Segundo Wolf (2008), há aproximadamente 2.000 famílias morando na localidade (cerca de 5.000 pessoas) e hoje contam com infra-estrutura como asfalto e saneamento básico em função de sua participação nas reuniões do orçamento participativo.

Neste sentido, Santos (2005) comenta que a vila apresenta uma forte tradição comunitária de participação política na reivindicação de melhorias para o bairro, sendo que a própria cooperativa teria surgido no seio de tais mobilizações. As trabalhadoras da UNIVENS são vizinhas e há tempo interagem juntas em lutas e movimentos comunitários, de forma que a proposta de uma iniciativa de geração de trabalho e renda

teve lugar em reuniões do orçamento participativo, onde futuras lideranças da cooperativa teriam se encontrado.

Segundo os registros, a primeira proposição foi criar uma cooperativa que produzisse peças para o Hospital Conceição (ANDRADA, 2005). Inicialmente as trabalhadoras não teriam espaço para sediar a iniciativa, então teriam se reunido na capela da comunidade, sendo a maior parte do trabalho realizada na casa das associadas. Então, conforme Santos (2005), na busca de um espaço que qualificasse sua produção, o grupo se fez representar nas reuniões do orçamento participativo e, assim, ingressou no ‘Projeto Ações Coletivas’ da prefeitura municipal, através da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), que promoveu cursos profissionalizantes (costura e serigrafia).

Em 1998, foi inaugurada a primeira Incubadora de Economia Popular de Porto Alegre, onde o grupo dispôs de espaço físico e infra-estrutura (telefone, fax, secretaria etc). Tratava-se de um espaço dotado de instalações e área física adequadas, além de ser próximo ao local de moradia das integrantes. Esse ambiente permitiu melhor organização do trabalho (máquinas colocadas num único local, horário coletivos, maior agilidade entre as etapas de fabricação etc), organização do estoque, relacionamento mais profissional com os clientes - que passam a ter condições de ver o produto - e significativa economia de custos. (SANTOS, 2005: 10)

Assim, as trabalhadoras da UNIVENS teriam se articulado à política de fomento a iniciativas de geração de trabalho e organização comunitária junto a grupos de baixa renda, implementada entre as práticas da gestão municipal da Frente Popular nos anos 1990 em Porto Alegre: “as políticas do município direcionaram-se principalmente ao setor informal, compreendendo associações de reciclagem do lixo urbano e a grupos de produção nos ramos de artesanato, confecções e prestação de serviços” (GAIGER, 2003: 45)¹.

Conforme as leituras realizadas até o momento, as trabalhadoras mantêm a participação e articulação comunitárias. Haveria militância do grupo no bairro, com atuação no orçamento participativo, integração à catequese na capela local, articulação com o

¹ Segundo Gaiger (2003), essa linha de trabalho, no entanto, ficou restrita a poucos empreendimentos e não logrou exercer um efeito demonstrativo convincente.

movimento sindical e inserção nos fóruns municipal, metropolitano, estadual e brasileiro de economia solidária (SANTOS, 2005). Além disso, a cooperativa estaria apoiando outras iniciativas na vila como a cooperativa ‘Reciclando pela Vida’, composta por mulheres que produzem papel reciclado, e um centro social onde ficam os filhos das cooperadas da UNIVENS e de outros moradores da comunidade. Segundo narram as pesquisas, parece haver um entendimento de que o projeto da cooperativa precisa da manutenção dos laços políticos e, mais além, necessita também da participação do grupo na promoção da comunidade.

Das primeiras parcerias à Justa Trama: sobre alianças e reconfigurações do lugar

Nas várias pesquisas consultadas, a trajetória da cooperativa aparece marcada pela articulação e mobilização política, de forma que alianças se fazem presentes desde as primeiras atividades do grupo. Teria havido o suporte inicial de instituições municipais e entidades sociais (conforme mencionado antes, no acesso à capela local e à incubadora municipal), seguido de parcerias (mais ou menos estáveis) que comporiam um itinerário de busca de alternativas para geração de renda. Assim seria o caso, por exemplo, do Hospital Conceição, quando se tentou trazer à cooperativa a produção de multimistura, ou de empresas como a Iochpe na doação de maquinário, do Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (COEP) na produção de um vídeo institucional, ou do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e da Caritas (Porto Alegre?) na conquista de recursos a fundo perdido (SANTOS, 2005).

Conforme consta, a cooperativa construiu sede própria na mesma vila em 2005, com apoio de ONG espanhola (SILVA e OLIVEIRA, 2009). E, antes disso, em 2003, teria integrado discussões junto à Agência de Desenvolvimento da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT) sobre cadeias produtivas do país, com destaque à produção do algodão. No mesmo ano, durante as reuniões da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL Brasil), teriam passado a trocar experiências com trabalhadores de cooperativas do setor têxtil e confecção e “refletir sobre a importância do fortalecimento e agregação de valor aos

seus produtos a partir da criação de uma cadeia produtiva integrada do setor” (Lima, 2006: 24).

Então, como primeira experiência de ação, 36 empreendimentos se organizaram para produzir bolsas de algodão distribuídas aos participantes do Fórum Social Mundial - 2005, em Porto Alegre. Dessa experiência, destacar-se-iam seis empreendimentos interessados em continuar o projeto, dando início à cadeia dos empreendimentos de economia solidária ‘Justa Trama’, composta por cinco cooperativas e uma empresa de autogestão, todos donos da marca (LIMA, 2006).

Descrita como uma das primeiras cadeias produtivas da Economia Solidária organizada em escala nacional, poder-se-ia considerar, aqui, sua importância na indicação das filiações sócio-políticas da UNIVENS, demarcando/ampliando a extensão de suas relações e alianças, possivelmente tendo reconfigurado o lugar onde se constitui e posiciona a cooperativa, influenciando interpretações e valores das trabalhadoras. Integrar a Justa Trama significaria vincular-se publicamente a uma iniciativa de desenvolvimento e articulação através de grupos de geração de trabalho e renda, que, segundo Lacerda (2009), está preocupada em minimizar os antagonismos entre o meio rural e o meio urbano, unindo sob uma mesma marca produtores rurais, tecelões e costureiras, evitando ainda agressões ao meio ambiente.

As alianças estabelecidas, ao que parece, podem indicar normatizações e valores assumidos. Porém, tais filiações merecem análise detida, ponderando as tensões que constituíram a trajetória do grupo, dadas pelo encontro de possibilidades latentes e oportunidades pré-existentes a constituir o espaço social (SANTOS, 1996), passível de visualização, neste caso, na diversidade de parcerias observadas no itinerário ou nas limitações materiais e técnicas comuns aos empreendimentos em economia solidária, a interpor negociações e reposicionamentos. Tome-se como exemplo o fato de os grupos integrantes da Justa Trama não conseguirem se manter apenas com a produção da marca, de modo que continuam produzindo outras mercadorias feitas com algodão tradicional².

² Segundo os fichamentos, a produção da cadeia ainda é insuficiente para custeio dos ganhos dos trabalhadores e, além disso, o embate com o modelo hegemônico de produção e consumo tende a

Condições e ações macro-históricas que o perpassam o lugar e a atividade

O lugar onde se organiza a cooperativa e as tensões que provoca tal território à formação da identidade das trabalhadoras, segundo lembram os fichamentos, passariam pela interação com os sentidos históricos do ‘trabalho’ e o pertencimento à economia solidária.

Os fichamentos relacionam o crescimento da economia solidária a conjuntura político-econômica dos anos 1990, quando teria se intensificado a precarização dos laços de emprego no Brasil, ampliando o exército de reserva estrutural ao sistema capitalista (ANDRADA, 2005) e, por conseguinte, ambientando a busca por alternativas de geração de trabalho e renda junto a populações vulnerabilizadas.

Assim, segundo afirma Lacerda (2009), um “sujeito desfilado” seria uma das figuras a compor a nova questão social, fruto da desmontagem dos sistemas de proteções e garantias que no passado foram atreladas ao emprego. Neste ínterim, segundo Silva e Oliveira (2009) ampliar-se-á nos anos 1990, uma nova concepção de cooperativismo, denominada ‘economia solidária’. Esta visaria oferecer uma alternativa aos trabalhadores afetados negativamente pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nas décadas de 1970 e 1980.

Ao que parece, os mesmos fichamentos indicam que não é possível resumir a existência da economia solidária à busca de alternativas de geração de renda frente à precarização no mercado formal. A ECOSOL situar-se-ia também no contexto de organização de movimentos sociais, engendrando práticas históricas de mobilização político comunitária.

Assim a economia solidária é narrada tendo importante contribuição de alguns pensadores socialistas utópicos do século XVIII, entre eles Owen, Proudhon e Fourier.

dificultar a comercialização, tendo em vista as diferenças de preço praticadas, já que a confecção industrial em escala (sem compromisso com remunerações justas) consegue oferecer preços unitários inferiores, ainda mais interessantes quando o consumidor não partilha do ideário simbólico da economia solidária. Ou então, em um exemplo mais específico, em função de condicionantes político-tecnológicos, os sistemas industriais de tingimento de tecido, elaborados no marco da produção e do consumo capitalista, parecem negligenciar os danos ao meio ambiente. Isso limitaria o leque de cores das peças ofertadas pela Justa Trama, dados os valores que esta tem adotado na confecção de seus produtos.

Eles imaginaram a constituição de organizações coletivas que não tivessem apenas um dono, mas vários. Acreditavam na possibilidade de uma estrutura diferente de gestão e produção que estabelecesse uma nova relação da comunidade com a economia (Santos, 2005). Para Singer (2000), neste sentido, a Economia solidária apresentar-se-ia como “uma reinvenção, ainda que inspirada nos primeiros movimentos da Escola Associativista do século XIX” (apud ANDRADA, 2005: 170).

Dessa forma, pode-se aventar, procurar-se-ia renormatizar a atividade de trabalho corrente no sistema capitalista (alicerçada em relações assimétricas), tentando instaurar práticas fundadas em relações de colaboração, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da produção de bens de uso, em detrimento à exploração do trabalho e concentração da riqueza e em privilégio da ação coletiva.

As trabalhadoras e as renormatizações da atividade

As narrativas analisadas tematizam experiências de trabalho pregressas (não somente no ramo da costura), maternidade e cuidado dos filhos, participação comunitária, sobretudo no Orçamento Participativo e o ingresso na UNIVENS.

A idade das trabalhadoras varia consideravelmente. Cabe salientar que a presença de costureiras com mais de 50 anos inclusive, indique a absorção de mulheres excluídas da indústria têxtil. A maioria das mulheres tem filhos. Muitas delas afirmam ter encontrado na cooperativa uma possibilidade de conciliar o trabalho e o cuidado das crianças.

O nível de escolaridade se limita à educação básica (ensino fundamental, principalmente), justificada pelas trabalhadoras como decorrência da necessidade de trabalhar para garantir a subsistência da família. As pesquisas não mencionam se a elevação de escolaridade é discutida pelas cooperadas, se há estímulo a que as cooperadas retomem os estudos. Independente de qual seja a orientação, ou mesmo o silêncio em relação ao tema, parece haver valorização simbólica da escola e dos saberes escolares inscrito nesta escolha.

A experiência com a costura é anterior ao ingresso na cooperativa, isto é, não aprenderam o ofício na Univens. Aprenderam-no em casa, com familiares, e/ou na

indústria têxtil. Além disso, costumam relatar diferentes saberes do ofício em confrontação na atividade de trabalho da cooperativa, evidenciando distinções normativas entre o trabalho associado que realizam e as inserções profissionais anteriores.

Sobre renormatizações

A moral do trabalho que opera nesse outro modo de trabalhar parece oportunizar diferentes relações interpessoais no espaço do trabalho e na própria comunidade. Santos (2005) sinaliza que “diante deste ambiente de trabalho mais livre, os trabalhadores desenvolvem melhores relações uns com os outros. Isso se evidencia no cotidiano, nas relações de poder, de solidariedade e de confiança.” (SANTOS, 2005: 21).

Existe uma compreensão em relação aos problemas pessoais dos trabalhadores, hoje eles olham para isso com atenção, prontos para escutar e apoiar no que for preciso. Percebe-se aqui uma relação de reciprocidade: “eu faço por ti porque amanhã pode ser eu que esteja no teu lugar”.
(SANTOS, 2005: 23)

No depoimento de uma das cooperadas podemos vislumbrar que outras possibilidades se configuram no interior da cooperativa: “ótimo entrar na cooperativa (...) porque eu nem conhecia bem as pessoas daqui. Eu só conhecia os vizinhos do lado. Agora eu conheço bem mais gente, tenho uma relação boa.” (Claudia Apud ANDRADA, 2005:171).

Outra aponta a modificação do modo de ser trabalhador que opera dentro da cooperativa no qual não é um sujeito que resolve os problemas e dá as coordenadas para o futuro do empreendimento, mas sim, o coletivo de trabalhadores compõe e arquiteta as decisões.

Quando a gente vai trabalhar aqui, num grupo, tu tem que ter uma outra postura, tu tem que conhecer as pessoas e saber dizer as coisas nas horas certas, porque às vezes tu tens que agarrar ouvir e ficar quieta, p’ra depois, no outro dia, tu agarrar, refletir aquilo que foi dito e passar adiante se for

necessário (...) se não tiver união o grupo não consegue agarrar. (Ana Apud ANDRADA, 2005)

Ainda, para as trabalhadoras “o empenho que cada um tem com o seu trabalho é o que vai promover o empreendimento.” (SANTOS, 2005: 25). Neste estudo, a autora aponta que “as trabalhadoras consideram-se igualmente capazes e desempenham suas atividades com empenho, diferentemente do espaço de gestão, em que muitos ainda não sentem possuir aptidão necessária para administrar.” (2005: 25)

O trabalho na cooperativa extrapola a atividade do cortar as peças do tecido, do costurar e do serigrafar. A participação nas reuniões, assembleias, fóruns e a proposição de diálogo são necessários para a reflexão do grupo e para o desempenho do trabalho. (SANTOS, 2005: 27). Para esta cooperativa “outro elemento, que contribui pra o estreitamento da relação entre o trabalhador e o trabalho, é a apropriação do produto.” (SANTOS, 2005: 27). Para a cooperada Claudia fazer aprender a fazer uma peça de roupa por inteiro, saber executar todo o processo traz a ela um sentimento de realização profissional. “Eu andava pela rua e via as pessoas com uma roupa que eu tinha feito, então primeiro eu acho que eu me reencontrei como pessoa ao ver que eu podia fazer uma coisa por inteiro...” (SANTOS, 2005: 27). Os trabalhadores têm presente a necessidade de agregar esforços para a constituição de um produto de qualidade.

Outra faceta importante no trabalho da UNIVENS é as experiências de intercooperação vivida pelo grupo. Andrada (2005) aponta para a parceria com outros empreendimentos e a formação de uma rede visando fortalecimento de outras cooperativas. “É o terceiro ano que a gente consegue fazer com quatro empreendimentos juntos.” “(...) assim abre mercado para todos” (2005: 102). O trabalho na cooperativa vai tomando outro sentido e adquirindo outras formas e configurações “sempre que se falava em rede a gente imaginava alguma coisa, mas não imaginávamos nunca que isso pudesse ser algo viável.” (ANDRADA, 2005: 102)

No entanto, as tensões que operam no cotidiano do trabalho da cooperativa UNIVENS vão anunciando o quanto esse modo de ser sujeito trabalhador de uma cooperativa econômica solidária é capturado também pelo modelo hegemônico ou o quanto este

coletivo de trabalhadores consegue promover linhas de fuga e espaços alternativos de trabalho, renda e igualdade.

Os conflitos entre os cooperados parecem perpassados pelo exercício de compor um outro modo de trabalhar. Uma das cooperadas afirma que “são muitas cabeças com pensamentos diferentes. Não é fácil”, (*Isaurina* Apud ANDRADA, 2005: 106).

A complexidade das relações de trabalho e as relações de poder e de saber que se compõem neste cenário indicam outras facetas do empreendimento. O estudo realizado por Marcelo Kunrath Silva e Gerson de Lima Oliveira (2009) sinaliza outras possibilidades de compreender a dinâmica das relações de trabalho por meio do conceito de capital social³ no qual explicitam “uma expressiva assimetria nas relações no interior da cooperativa” (2009: 64). Neste estudo é dada visibilidade para as relações de simetria e assimetrias nas relações de poder (não mais personificados na figura do chefe, gerente ou supervisor), mas que operam entre os cooperados e que sinalizam a dinâmica que vai configurando um modo ser trabalhador e de relacionamento entre os pares no empreendimento específico.

Considerações finais: tensões, assimetrias e relações de poder

Seguindo na análise das assimetrias, poderíamos aventar que elas se vinculam ao saber daquele que fundou a cooperativa, que se apropriou dos conhecimentos de gestão, daquele que entrou na “academia”, que participou de outras lideranças. A linha de fuga é a insistência na composição de relações de poder horizontalizadas.

Outro apontamento é que com a visibilidade que a cooperativa UNIVENS ganhou ao longo dos anos como sendo um empreendimento solidário que adquiriu consolidação e marca forte. Para a pesquisadora Wolf (2008) “se por um lado isso traz vantagens na forma de alianças estratégicas ou mesmo recursos para a cooperativa; por outro, afeta

³ O conceito de capital social utilizado é aquele que segue a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, para quem o capital social é [...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998: 67).

negativamente o clima da organização, já que dá visibilidade e poder a algumas cooperadas.” (2008: 16).

Em um outro movimento aparece a relação de poder exercida por um subgrupo das cooperadas mais antigas. Silva e Oliveira (2009: 64) em seu estudo sinaliza que identifica-se que o subgrupo das “antigas” desempenha um papel central em termos da constituição e reprodução das “relações de ligação” entre as trabalhadoras da cooperativa. Que saberes são legitimados para ocupar um lugar de maior ou menor destaque? Quem representa a cooperativa? Quem sabe falar sobre a sua história? Que trajetórias são construídas ao longo da história da cooperativa?

Contudo, o estudo de Silva e Oliveira (2009) sinaliza que a assimetria nas relações de poder não tem comprometido o funcionamento da cooperativa e as relações que estabelecem externamente. Pelo contrário, as redes de relacionamento das lideranças têm garantido a manutenção da cooperativa.

Para a continuidade do estudo, cabe aprofundarmos as relações entre a atividade realizada, a produção do ‘lugar’ e a formação das trabalhadoras. Precisaremos considerar as repercussões das trajetórias (mais ou menos militantes das cooperativas) na configuração de seu trabalho atual e do território que habitam e, de outro lado, problematizar como as renormatizações sinalizadas neste texto tem reorganizado sua relação com o trabalho e sua ação política.

Referências

ANDRADA, C. F. **O encontro da política com o trabalho: história e repercussão da experiência da autogestão das cooperadas da UNIVENS.** 2005.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

FISCHER, N. B. Educação e desenvolvimento numa perspectiva relacional entre tempos – internos e externos – das ações cotidianas dos sujeitos. In: PENNA, R. (org.). **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional.** Canoas: UNILASALLE, 2006, p. 59-73.

GAIGER, L. I. A economia solidária frente a novos horizontes. <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: julho de 2003.

LACERDA, L. B. **Governar-se para quê?** As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: o caso da cadeia produtiva de algodão ecológico Justa Trama. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UNISINOS, 2009 (dissertação).

LIMA, S. S. **Iniciativas de Economia Solidária: um estudo de caso por uma produção e consumo sustentáveis.** São Paulo: USP, 2006 (monografia).

SANTOS, A. **UNIVENS – Nove anos de história concretizando uma outra economia.** In: http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Trabalho_Aline_Public.pdf, 2005 (acessado em ago/2010).

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005B.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de L. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 12, n.01, jan-jun/2009, p. 59-67.

SINGER, P. (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SCHWARTZ, Y. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, François. **A ergonomia em busca de seus princípios:** debates epistemológicos. São Paulo: Edgar Blücher, 2004, p.141-180.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva ergológica. In: NOZAKI, Izumi (org.). **Educação e Trabalho: Trabalhar, Aprender, Saber.** Campinas: Mercado das Letras, 2008.

WOLF, T. **O empoderamento das mulheres da cooperativa UNIVENS através da inclusão digital.** Porto Alegre: UFRGS, 2008 (trabalho de conclusão de curso/residência solidária – administração).